

hoje, e há uma clara facilitação desses agentes, que deveriam reprimir aqueles, não manifestantes, aqueles invasores naquele momento dentro do Palácio, e não o fizeram. Então, no mínimo, prevaricaram. No mínimo, presidente.

O governador Romeu Zema, à época, disse o seguinte, que ele tinha certeza, convicção que houve facilitação por parte do governo federal, Luiz Inácio, Flávio Dino. Sabe o que aconteceu com ele, presidente, o Governador do Estado? Ele foi intimado a prestar esclarecimentos à Polícia pelas declarações. Como ele ousa insinuar ou afirmar que houve facilitação?

As imagens estão aí. E nós queremos, presidente, todas as imagens, porque eu tenho certeza que nós vamos identificar outros mais ali. Um ministro já foi identificado e inclusive já meteu atestado e pediu para sair pela porta dos fundos.

Olha, se ele repetir a conduta de Palocci, de vários outros - Genoino, ali no regime, entregou até o que não tinha que entregar - vai entregar todo mundo, presidente, e a gente vai conseguir investigar, através da CPML, os responsáveis por toda aquela depredação. No governo federal, até ontem, ninguém queria apoiar, ninguém queria assinar. Hoje, parece que o tom mudou, presidente.

Para finalizar: queremos os devidos esclarecimentos e que os responsáveis sejam punidos. Neste momento, os únicos punidos são pessoas simples, humildes, que cometeram o crime de estar naquele lugar.

Pelo que parece, pelas imagens, foram instigados, foram insuflados a subirem até mesmo ao terceiro andar, da Presidência da República, com o aval, sob o comando do ministro-chefe do GSI, general G. Dias, que, repito, foi nomeado por Luiz Inácio Lula da Silva.

Fechando, presidente: minha solidariedade ao deputado federal Eduardo Bolsonaro, que foi atacado ontem em uma comissão na Câmara Federal. Um deputado do Partido dos Trabalhadores insinuou que o presidente Bolsonaro não recebeu a fachada, que não foi atacado, que aquela fachada foi fake. O deputado Eduardo Bolsonaro não aguentou e foi responder sob forte emoção.

Fica aqui minha solidariedade, porque eu estive naquela madrugada, do dia 6 para o dia 7, na UTI em Juiz de Fora. Eu vi o presidente esfaqueado. Eu o vi com a bolsa de colostomia, todo costurado, lutando pela vida e a morte.

Estive ao lado da família do presidente, do Eduardo, do Carlos, do Flávio, da Michelle. Esse deputado age de maneira covarde ao insinuar esse tipo de coisa. Agora, se vitimiza como se não tivesse agido de maneira imprópria, como se tivesse falado qualquer outra coisa.

Lembrando: quem tentou matar Bolsonaro foi Adélio Bispo, ex-filiado ao PSOL. É companheiro de ideologia desses que nos atacam hoje e tentam mudar a realidade colocando a sua narrativa.

Então, minha solidariedade ao deputado federal Eduardo Bolsonaro, ao presidente Bolsonaro e a sua família, que estão sofrendo mais uma vez esses violentos ataques, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. GIL DINIZ - PL - Se houver acordo entre as lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 08 minutos.

* * *

24 DE ABRIL DE 2023 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: REIS, MAJOR MECCA e CONTE LOPES

RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - REIS</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - EDUARDO SUPLYCY</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - MAJOR MECCA</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>4 - GIL DINIZ</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - MAJOR MECCA</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>6 - REIS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>7 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>8 - PRESIDENTE MAJOR MECCA</p> <p>Endossa o pronunciamento da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas acerca da segurança nas escolas e do déficit de servidores na Polícia Militar.</p> <p>9 - CONTE LOPES</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>10 - GUILHERME CORTEZ</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>11 - CONTE LOPES</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>12 - EDUARDO SUPLYCY</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>GRANDE EXPEDIENTE</p> <p>13 - REIS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>14 - GIL DINIZ</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>15 - GIL DINIZ</p> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>16 - PRESIDENTE CONTE LOPES</p> <p>Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 25/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>* * *</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.</p> <p>* * *</p> <p>- Passa-se ao</p>

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início ao Pequeno Expediente, a primeira oradora é a deputada Beth Sahaõ. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputada Fabiana Barros. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplycy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, deputado Paulo Reis, Sras. Deputadas, Srs. Deputados; eu gostaria muito hoje de registrar algo para mim de grande importância, porque o presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que está examinando a Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, que institui o

programa Bolsa Família e altera a Lei 8.742, de 1993, e dispõe sobre a organização de assistência social e outros objetivos, convidou-me para estar amanhã na audiência pública que vai justamente examinar o conteúdo desta medida provisória e o número muito grande de emendas, centenas de emendas que foram apresentadas.

O deputado Dr. Eduardo é o relator desta comissão e, assim como o presidente Fabiano Comparato, ele também é do Partido dos Trabalhadores.

Pois bem, eu fui convidado para debater essa medida provisória por que razão? Por ser autor da Lei, como senador, 10.240, 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que consegui que fosse aprovada enquanto eu era senador, justamente a instituição de uma renda básica de cidadania que um dia será universal em nosso país.

Registro a importância desse passo, porque está no Art. 1º: “Fica instituído o programa Bolsa Família no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome em substituição ao programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

E o § 1º, do Art. 1º, diz que o programa Bolsa Família constitui a etapa do processo gradual e progressivo da implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida no Parágrafo Único do Art. 6º da Constituição. E no caput do § 1º, do Art. 1º, do Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004, data da sua promulgação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu quero dizer que estou muito feliz de poder participar amanhã, a partir das 14 e 30, em Brasília, em sala que o Congresso Nacional terá definido para essa finalidade, para debater essa medida provisória e contribuir para que possamos acelerar os passos em direção à universalização da renda básica de cidadania incondicional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Próximo orador é o deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que acompanham o nosso trabalho aqui no plenário, policiais e quem nos acompanha pela rede social, pela TV Alesp, para toda e qualquer demanda que haja dentro do Estado, o principal protagonista para que tudo aconteça são os nossos policiais: policiais militares, policiais civis, técnico científicos, policiais penais.

Quando se fala em recuperar o centro de São Paulo, quem está presente como principal protagonista para implantar a ordem? Os nossos policiais. Quando se fala em segurança nas escolas, quem são os principais protagonistas? São os nossos policiais. Quando acontece uma tragédia como a que ocorreu em São Sebastião, quem está com o pé no barro salvando vidas? Os nossos policiais.

Então esses homens e mulheres merecem o respeito que tiveram no estado de São Paulo, principalmente no último governo, que fez inúmeras promessas, a principal delas de que esses homens e mulheres seriam a segunda polícia mais bem paga do Brasil e foram enganados, dentre inúmeras outras mentiras que os nossos policiais estão calçados de ouvir, mas eu tenho como obrigação moral, como representante desses homens e mulheres.

Hoje o secretário de Segurança Pública e o governador, quando me veem, já sabem do que eu vou falar, que é cobrar a recomposição salarial dos nossos policiais do estado de São Paulo. E o faço todos os dias.

A última conversa que tive com o governador foi na sexta-feira passada, dia 21 de abril, quando inclusive fiz um vídeo direcionado aos nossos patrulheiros, aos seus profissionais, porque o dia 21 de abril foi a Inconfidência Mineira, dia de Tiradentes, patrono das polícias no Brasil. Infelizmente, não tivemos nada a comemorar na última sexta-feira, no dia dos policiais.

E falei para o governador: governador, o faça com suas palavras, diretamente da sua boca, converse com a tropa, fale sobre o plano de reajuste, sobre datas e índices.

Esses homens e mulheres precisam ouvir diretamente do senhor e ele irá fazer. Ele irá fazer e eu acredito. Eu não posso me dar ao luxo, deputado Gil Diniz, que trabalha incansavelmente nessa paut, ao nosso lado. Muito obrigado, deputado Gil, pelo empenho que vem dedicando aos nossos policiais. Você foi soldado temporário e honra a nossa farda, honra as nossas policias.

Nós não podemos, nesse momento, nos dar ao luxo de subir aqui nesta tribuna e fazer oposição ao governador Tarcísio. Inclusive, precisamos tomar cuidado, porque olha o cenário nacional, olha o Brasil hoje o que atravessa. Estão de olho aqui no estado de São Paulo. Precisamos tomar cuidado.

Políticos que nunca respeitaram o povo. Políticos que não respeitam a nossa Constituição Federal, não respeitam as leis, exploram o pobre que está nas periferias, nas favelas e querem, sim, minar o trabalho do governador Tarcísio de Freitas. Querem minar o nosso trabalho - nós, conservadores de direita, que respeitamos a Deus, respeitamos a família, respeitamos a nossa polícia.

Policiais extremamente sofridos. Não é para menos, são 30 anos de descaço e abandono. Isso não se recupera em quatro meses. Apesar de eu ter falado para o governador: “Governador, quatro meses é pouco de governo, mas 30 anos de sofrimento é muito para homens e mulheres que estão perdendo a sua saúde física, a sua saúde mental na labuta de defender o povo paulista.”.

Estamos cobrando, estamos de pé e representamos esses homens e mulheres que derramam o seu sangue em solo paulista. Os senhores serão reconhecidos e valorizados. Nós estamos aqui trabalhando para isso. Que Deus abençoe a todos vocês, meus irmãos, que defendem o povo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado Mecca. Próximo orador, deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Reis, vou falar na lista suplementar. Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Gil Diniz, líder da tropa de choque do governo Tarcísio de Freitas.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigdo, presidente Reis, pela deferência aqui, mas a nossa tropa tem líder, o deputado Jorge Wilson, e tem os vice-líderes também, o Tomé Abduch, o Guto Zacarias. Nós sempre estamos aqui no plenário para defender o que nós acreditamos, principalmente, quando nós, realmente, deputado Mecca, acreditamos e valorizamos.

Nesse caso, como V. Exa. colocou aqui, a nossa instituição, a Polícia Militar do estado de São Paulo, que está rumo aos seus 200 anos. Como V. Exa. disse, fui soldado temporário, fiquei por dois anos na instituição, e ali é uma escola de líderes. Conheço vários soldados, cabos e sargentos que até hoje mantêm contato.

Tenho essa minha admiração, deputada Monica, deputado Suplycy, que estão aqui no Pequeno Expediente, por esses homens e mulheres que doam a sua vida pelo povo de São Paulo, pelo povo paulista. Um verdadeiro sacerdote, deputado Reis. Não só a Polícia Militar, a Polícia Civil, todos os agentes de segurança aqui em São Paulo que vivem, deputado Mecca, em condições sub-humanas, indignas, muitas vezes.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Major Mecca.

* * *

Convido o povo de São Paulo aqui a visitar uma delegacia, a visitar, deputado Suplycy, um alojamento de cabos e soldados em algum batalhão, em qualquer batalhão na periferia de São Paulo.

Por isso faço coro às palavras do deputado Major Mecca. Ele, sim, representa - junto a outros aqui - o anseio dos nossos policiais militares e sempre que eu tenho alguma dúvida sobre qualquer questão de Segurança, recorro a ele.

Então eu peço aqui, desta tribuna, tribuna do povo de São Paulo, que o nosso governador olhe nos olhos da tropa e diga, Mecca, converse, coloque aqui essas questões tão sensíveis aos nossos policiais.

Nós queremos a tropa valorizada; nós queremos, sim, o reajuste salarial; nós queremos, sim, o reconhecimento desses heróis que derramam seu suor, seu sangue, suas lágrimas pelo nosso povo e é a cobrança que nós recebemos diariamente.

Eu tenho certeza que no WhatsApp, nas redes sociais dos nossos deputados, estão lá dezenas, centenas, milhares de familiares das nossas forças de Segurança questionando, perguntando, cobrando aquilo que foi prometido.

Então, subo aqui a esta tribuna não no intuito de desgastar a Secretaria de Segurança Pública, o Governo do Estado de São Paulo, mas como um soldado dessa tropa que já sentiu na pele, Mecca, o que é a mão pesada do Estado quando eu mais precisei.

Para quem não sabe, sai da Polícia Militar com sete pinos e uma platina no meu tornozelo. Carrego aqui uma cicatriz do meu trabalho na minha pele. Eu sei, policiais, o que é um palmo no mapa, o que é o seu nome estar escrito com giz ali no quadro negro, mas nós temos a responsabilidade; nós temos, Mecca, que fazer dar certo; nós temos o dever para com o nosso povo, para com a nossa tropa de fazer dar certo.

Está cheio de herói aqui querendo derrubar o governador, está cheio de político com mandato e sem mandato tentando desgastar o nosso governador mas não estão pensando na instituição, estão pensando num projeto politico-partidário de poder, justamente pensando nas eleições municipais, na eleição de 26, e não pensam de maneira alguma no policial que está lá na ponta.

Então, se eu puder deixar aqui, da tribuna - não ia falar, Mecca, sobre isso nesse momento, mas seguindo aqui o exemplo de V. Exa., digo aqui ao governador Tarcísio: fale com a tropa, fale com os praças, com as praças, fale com os oficiais, diga a que veio, diga o que está acontecendo neste momento, reúna mais uma vez os parlamentares que estão preocupados com essa demanda e instrua aqui o que vai ser feito e quando vai ser feito.

No nosso caso aqui, o que nós precisamos fazer? Olhar nos olhos dos nossos policiais, desses homens e dessas mulheres que confiaram o voto em nós, deputado Reis, e obviamente trabalhar por cada um deles a minha lealdade, a minha fidelidade a esses que dão as suas vidas pelo nosso povo.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado, deputado Gil Diniz. Dando sequência à lista de oradores, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.)

Dando início à lista suplementar, deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputado Reis, tem V. Exa. cinco minutos regimentais para o uso da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o Sr. Presidente Major Mecca, cumprimentar os Srs. Deputados, Sras. Deputadas, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, todos os funcionários desta Casa, e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp. Sr. Presidente, eu quero reconhecer publicamente, desde quando cheguei aqui, o empenho de V. Exa. na cobrança da valorização dos policiais civis, dos policiais militares, dos policiais penais e dos policiais técnico-científicos.

Várias vezes que V. Exa. subiu a esta tribuna, foi para falar da importância dessa valorização. Eu quero dizer, para V. Exa., deputado Gil Diniz, que eu entendo que qualquer projeto que vier para esta Casa que trate desse tema, os policiais, eles têm a unanimidade desta Casa. Eu percebo isso no dia a dia, conversando com os meus colegas e as minhas colegas, deputadas e deputadas. É unanime aqui o apoio às instituições policiais.

Eu quero passar um vídeo, para eu continuar a minha fala. Mas eu quero passar um vídeo. Gostaria que a assessoria técnica pudesse colocar um vídeo do nosso, “nosso” eu digo porque é do Estado, secretário de Segurança Pública, o comandante Derrite.

* * *

- É exibido vídeo.

* * *

É isso. O governo age como a “Sylvia Design”. O aumento, só para agosto. E há muito que eu venho a esta Casa e eu vejo: “Vai ter um aumento, vai mandar o projeto, vai ser na semana que vem, na semana que vem, o projeto está aí.”

E o projeto não chega. Agora o secretário falou. Falou que é em julho, a contar de 1º de julho. E ainda nós não sabemos dos índices. Qual será o índice? Tem uma especulação muito grande a respeito disso.

Eu tenho ido aos sindicatos, o Sindicato dos Investigadores de Polícia, sob o comando do nosso companheiro e do nosso colega, Rebouças. O Sindicato dos Delegados e das Delegadas de Polícia, doutora Jaqueline. O Sindicato dos Escrivães de Polícia, o João Xavier. O Jarim, do IPA.

Todos estão ansiosos por esse projeto chegar a esta Casa, para que a gente possa submeter a voto, e aprovar, e conceder essa valorização, que os nossos policiais estão esperando há muitos anos.

O João Enganador disse que nós seríamos a Polícia mais bem paga do Brasil, perdendo só para Brasília. O João Agripino Doria, que eu chamo de João Enganador. Esse aumento não chegou.

Independentemente de quem tenha ganho o governo, na campanha eleitoral foi muito dito isso. Tanto da parte, nossa, do PT, do Haddad, sobre a valorização dos policiais, como também do Sr. Tarcísio.

Corrigir as injustiças. É claro: nós não estamos dizendo que o governo atual é responsável pela defasagem no efetivo, pelos baixos salários, porque ele também chegou há alguns meses.

Nós não estamos dizendo isso. Mas ele tem a oportunidade de buscar que se faça a justiça. A justiça que nós estamos esperando, conforme disse aqui o comandante Major Mecca, há mais de 30 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado, deputado Reis, por fazer coro junto a todos nós policiais e falar em nome dessa categoria tão sofrida.

Dando continuidade à lista dos oradores inscritos, deputada Monica Seixas do Movimento Pretas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas. Primeiro, começar pelo assunto que os senhores mesmos trouxeram: não tenham dúvidas de que se chegar ou se depender da Assembleia Legislativa, terá apoio de toda a Casa a valorização de quaisquer servidores, inclusive os da Segurança Pública, que a gente sabe o quanto são desvalorizados. E, inclusive, também precisam ser contratados.

Aí eu volto aqui a fazer o coro sobre a necessidade de contratação, sobretudo, de policiais civis no estado de São Paulo. E isso precisa constar no Orçamento. A gente precisa fazer um esforço para que este ano o Orçamento não saia daqui sem reserva orçamentária para a abertura de concurso público para a Polícia Civil, senão a gente não vai ter nunca resolução de homicídio. A gente nunca vai ter resolução de quadrilhas organizadas, de crimes organizados.

Então, não espere da gente nada senão o apoio à valorização de qualquer categoria de servidores públicos, que estão abandonados no estado de São Paulo. Aí eu venho falar de outra categoria e de outro serviço.

Hoje eu quero continuar falando da Educação. Durante o final de semana, nosso mandato recebeu diversas denúncias

de professores e professoras do Estado inteiro, denunciando demissões e fechamentos de sala.

Num momento em que o país, famílias, estudantes estão preocupados com a escola pública e com a segurança dos estudantes, o governo Tarcísio está fechando silenciosamente salas de aula. Ele está usando uma resolução - que, inclusive, eu acho que a gente precisaria rever - que prevê que sala de aula tem que ter 45 alunos para fechar salas de aula e superlotar outras. Salas de aula com 50, 45 alunos e um professor não garantem assistência pedagógica a ninguém.

É um absurdo o que está acontecendo no estado de São Paulo. Salas superlotadas não garantem educação de qualidade e segurança a alunos em situação de vulnerabilidade, nem para ninguém. É um absurdo que neste momento isso esteja acontecendo, de forma tão sorrateira e silenciosa.

A gente tem centenas de professores sendo demitidos nesse final de semana. Centenas de salas de aula sendo fechadas essa semana. E milhares de alunos sendo apertados para caber em salas de aula sem condições e infraestrutura.

Se a gente quer discutir uma escola pública melhor, primeiro a gente precisa discutir a condição em que esses estudantes estão apertados nas caixas que se chamam de salas de aula neste Estado.

A gente precisa discutir infraestrutura; a gente precisa discutir servidor bem remunerado e seguro para fazer o seu trabalho. A gente precisa valorizar os pobres dos professores, que, nos últimos anos, foram tão perseguidos, humilhados, maltratados, violentados pela política.

Neste momento, a gente está discutindo um monte de ações para a escola pública. Eu acho que o debate sobre a segurança nas escolas... E aí vai se formando um debate sobre polícia, polícia, polícia. Polícia essa que o Estado nem tem.

Digamos a verdade: o estado de São Paulo não tem efetivo para garantir policiamento em 5.500 unidades escolares. Mas, mesmo que fosse garantir policiamento nas 5.500 unidades escolares, seria completamente insuficiente para vencer este momento.

A gente precisa contratar professores e professoras. A gente precisa regulamentar uma sala de um tamanho que um professor consiga lidar com estudantes de 8, 9, 10 11, 12 anos. Vinte alunos por sala já são muitos para um professor acompanhar o estudante, saber se ele tem problemas psicológicos, se está em vulnerabilidade social, se pratica ou sofre bullying.

A gente precisa discutir uma escola pública que tenha, dentro do seu corpo docente, profissionais capazes de mediar conflito, e é por isso que a gente protocolou um projeto para se tornar obrigatório o mediador educacional. Essa figura do mediador educacional já existe no quadro da escola pública, mas, assim como os agentes de organização escolar, que são os profissionais que cuidam do pátio, que cuidam da porta, etc., estão faltando, porque ninguém contrata.

A realidade é que falta agentes de organização escolar e eles também foram demitidos no início do ano. A gente protocolou um projeto para prorrogar o contrato dos inspetores, dos agentes de organização escolar, e o governador Tarcísio ignorou.

O mediador educacional, embora exista no quadro da Educação, está em falta. É esse profissional que vai encaminhar conflitos ente estudante e estudante, estudante e professor, professor e comunidade, que vai dar conta de observar os estudantes para além da pedagogia.

Seria importante que fosse obrigatório, assim como seria importante que o professor tivesse que dar atenção para vinte alunos apenas, assim como seria importante que houvesse inspetor de alunos em toda portaria de escola, em todo pátio de colégio, em todo banheiro de colégio, para observar se os estudantes estão nesse espaço privado usando o banheiro e não matando aula ou praticando violências entre si.

Por isso, é um absurdo que, de forma sorrateira, a Educação esteja sendo golpeada enquanto se faz um discurso para fora que se está priorizando ter uma escola mais segura.

Eu faço um apelo aqui. Da mesma forma, Mecca, que você pode contar com a gente para a valorização da Segurança Pública e seus trabalhadores, a educação também clama por respeito e por valorização.

Acho que a base do governo deveria se reunir com o governador agora e questionar o fechamento silencioso. Nenhum de nós gostaria de ter os filhos apertados em uma caixa de sapato com outros 46 estudantes em uma escola pública precária e vulnerável.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Obrigdo, deputada Monica. A senhora tem razão. A responsabilidade da qualidade da educação das nossas crianças é de todos nós, e nós temos que trabalhar em conjunto e lutar por isso.

Só reforçando o que a senhora disse sobre a questão do efetivo, o efetivo das polícias atingiu o ápice de claros. A Polícia Militar nunca esteve tão defasada nos últimos 200 anos. Não tem polícia para fazer policiamento ostensivo nas 645 cidades do Estado. A Polícia Civil é a mesma coisa. Temos que trabalhar por isso.

Dando sequência à relação, deputado Conte Lopes. Tem V. Exa. cinco minutos regimentais.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos nesta Casa há mais de 30 anos e a conversa é sempre a mesma: falta efetivo.

Se aumenta o efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar, os governantes reclamam que, como existem muitos policiais militares e civis da ativa e da reserva, não se pode dar aumento, porque o efetivo é grande. Às vezes eles se esquecem de que nós estamos em São Paulo, que é a máquina locomotiva do Brasil e é um Estado rico.

É evidente que tem que contratar mais policiais civis e militares, como tem que valorizar. A gente ouve discursos na campanha e até acompanha os discursos. “Vamos tirar a câmera.” É bom colocar aqui que a gente não é contra a tecnologia.

Acontece que inventaram uma câmera, deputado Reis, que foi policial militar, foi investigador de polícia, com um único objetivo: travar o policial. Se ele vai fazer pipi, ele está sendo filmado fazendo pipi. Eu não sei nem como que as PFs vão no banheiro. Eu não sei, se desliga, se não desliga. E o tenente fica lá assistindo. “Pela câmera eu vejo tudo”. Bateu, brigou, teve um tiroeteo. A câmera está lá.

Então, foi criado algo diferente do meu tempo. No meu tempo a gente confiava no policial. Tinha erro? Havia erro? É lógico que havia, e o cara era punido, era expulso, lá para a cadeia, problema dele. Só que a tecnologia atual se criou simplesmente para isso, tanto é que qualquer discurso que a gente vê de jornalistas, onde há o pessoal ligado aos Direitos Humanos, diminuiu a morte de policiais em ocorrências.

Se não tem entrevero, o policial não entra no entrevero, porque na hora que ele atira em um bandido, se pega ele atirando, mas não pega o bandido atirando... Porque tem que ser um cameraman, né?

A câmera dele tem que pegar o cara atirando também, e nem sempre você consegue, porque às vezes o cara está correndo para a esquerda, correndo para a direita, está atrás do muro, e você não consegue pegar com a câmera ele atirando em você, mas, obviamente, para o promotor e para o juiz que vai julgar, você atirando está ali, na cara dura.

E o que acontece? Às vezes, a própria Corregedoria da Polícia Militar, várias vezes, antes até, no governo anterior, apresentava para a “Globo”, e a gente assistia no “Fantástico, o Show da Vida” os tiroeteos dos policiais. O policial atirando, de acordo com os próprios corregedores, tapando a câmera, para não verem ele atirar no bandido, e coisas nesse sentido, e o policial vai parar na cadeia.